

“Brasil aceita fazer acordo de US\$ 6 bilhões com os credores”

por Paulo Sotero
de Washington

A diferença que separa o Brasil e os bancos credores de um acordo de reescalonamento da dívida externa é de US\$ 1 bilhão. O Brasil pediu aos bancos um total de US\$ 7,1 bilhões de novos empréstimos para cobrir as necessidades de financiamento do balanço de pagamento em 1987 e 1988.

Depois de três semanas de barganha, os bancos ofereceram US\$ 5 bilhões na contraproposta que encaixinham ao Brasil na semana passada. Nos contatos que começou a manter em Washington na última terça-feira, em busca de apoio oficial dos EUA para as negociações com os bancos, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, indicou que o Brasil aceitará um compromisso a meio caminho entre os dois números, ou seja, na marca dos US\$ 6 bilhões.

A cifra de 6 bilhões embute, no entanto, a aceitação pelos credores do “carve-out”, ou seja, da aplicação dos novos “spreads” (taxas de risco, adicionadas à libor) negociados ao total do estoque da dívida. Sem o “carve-out”, o pedido brasileiro aumenta para US\$ 6,6 bilhões. A diferença de US\$



**Mailson Ferreira
da Nóbrega**

600 milhões reflete a economia que o País faria na conta de juros, nos dois anos, caso os novos “spreads” fossem aplicáveis a toda a dívida.

De acordo com uma fonte categorizada, os dois lados estão “muito próximos” de um entendimento em relação às taxas de risco em torno dos dois números que os bancos ofereceram em sua proposta. Os credores querem cobrar 0,875% sobre o reescalonamento de principal, que, atendendo a uma reivindicação brasileira, abrangeria um período de oito anos, ou seja, as amortizações vencidas en-

tre 1986 e 1993. Para os novos empréstimos, os bancos querem cobrar uma taxa de risco de 0,935%.

O ministro da Fazenda, que se reunirá com os banqueiros amanhã, em Nova York, parecia animado ontem com o apoio político que obteve em Washington para levar os bancos a se moverem na direção de um acordo não apenas em relação ao montante dos novos empréstimos — que é, de longe, a principal questão em discussão — mas também em relação aos “spreads”. A pretensão brasileira é conseguir dos credores uma taxa de risco pelo menos igual a que eles concederam na última renegociação mexicana, ou seja, 0,8125%.

As duas outras questões espinhosas que estão sobre a mesa são as cláusulas de reempréstimo e o regime de desembolsos dos empréstimos. Os bancos pediram ampla liberdade para reempréstimo o principal de cada um de seus créditos que vence. O governo brasileiro, embora reconheça a legitimidade da reivindicação dos bancos, argumenta que o controle do reempréstimo é parte essencial da política fiscal e da política monetária. Além disso, as autoridades querem evitar que o reem-

préstimo se torne, através do pré-pagamento, um canal para evasão de divisas e amortização da dívida, via câmbio negro, por um valor superior ao de sua cotação no mercado paralelo.

A questão da vinculação dos empréstimos dos bancos aos desembolsos dos créditos que o Brasil pretende obter junto ao FMI é também complexa. Institucionalmente, os ventos estão a favor da reivindicação brasileira de atenuar a vinculação.

No caso da negociação com o Brasil, os bancos estão diante de uma questão prática que torna a vinculação pouco viável. Seja qual for, o montante de créditos concedidos servirá de base para um novo esquema de financiamento provisório que permitirá normalizar o pagamento de juros até junho, quando, supõe-se, o novo acordo, bem como o acordo com o FMI, se tornará efetivo e o Brasil finalmente limpará a conta de juros atrasados, permitindo aos credores voltar a contabilizar em seus livros os juros recebidos do Brasil. A ausência da vinculação, admite uma fonte brasileira, cria, no entanto, a necessidade de negociar com os bancos um cronograma e as condições dos desembolsos, o que é trabalhoso.